

LUCIANA MÜLLER
lmuller@jj.com.br

Previdência

Durante sessão ordinária, antecorrem, na Câmara Municipal de Itupeva, os vereadores votaram moção de repúdio contra a reforma da Previdência. O assunto marcou o ano, já que após o expediente foi lançado o projeto Câmara Debate, que discutiu o tema.

Reforma

Em Várzea Paulista também teve manifestação contrária à reforma da Previdência. Os vereadores aprovaram, com 10 votos favoráveis, a Moção 04/2017, de autoria de Juarez Gilberto Cardoso (PDT), em que o parlamentar manifesta seu repúdio à reforma da Previdência. O vereador enfatizou os prejuízos aos trabalhadores se a medida for aprovada.

O retorno

Pouco mais de um mês após ser alvejado com quatro tiros, o vereador de Várzea Paulista, Luiz Ferreira da Silva, o Hulk (PTC) voltou a ocupar a sua cadeira de vereador na Câmara Municipal da cidade. Hulk foi homenageado por todos os vereadores. Ele agradeceu a Deus, à esposa Eva, aos amigos, a todos os que oraram por ele e, em particular, aos médicos que o atenderam na Unidade de Pronto Atendimento de Várzea Paulista.

Vai ter greve

Os servidores de Louveira decidiram, em assembleia, dar início à greve geral, a partir da zero hora de terça-feira. O motivo é a aprovação por parte da Câmara, de projeto de lei de autoria do Executivo, que autoriza apenas 1% de reajuste dos servidores. Segundo representantes do sindicato da categoria, no sábado, haverá manifestação, às 9h, na Estação Ferroviária. A princípio, será feita carreta pelas ruas da cidade.

Miguel, contra

O deputado Miguel Haddad (PSDB) se pronunciou, ontem, ser contrário ao projeto de reforma da Previdência da forma como o texto está. "São necessários ajustes. O texto será bastante discutido e as emendas e substitutivos serão propostos. Não há como tratar o trabalhador rural como o urbano, nem como igualar homens e mulheres assim como o processo de transição precisa ser aprimorado. Da forma como está, eu sou contrário", explicou o tucano.

Apelo

Os gestores de Saúde, Vagner Vilela, e de Governo e Finanças, José Antonio Parimoschi, se reúnem hoje (6), com o secretário-adjunto de Saúde do Estado, Eduardo Ribeiro, em São Paulo. O objetivo do encontro é pedir a participação de Jundiá no Hospital Regional, para resolver as cirurgias pendentes de baixa e média complexidades, que são de competência do hospital. Segundo Vilela, a cidade tem 40% de participação dos 50 leitos atuais. Mas o hospital tem 130 leitos a serem disponibilizados. A ideia é cobrar que o Regional funcione em sua capacidade máxima.

► EM VÁRZEA PAULISTA

Guarda Municipal fez escolta de vereador após atentado

O atentado sofrido pelo vereador de Várzea Paulista, Luiz Ferreira da Silva, Hulk (PTC), desencadeou ações por parte da prefeitura da cidade. Guarnições da Guarda Municipal foram flagradas estacionadas 24 horas, diariamente, em frente à residência do parlamentar. A administração afirma que apenas foi intensificada ronda no bairro. Porém, após questionamento da reportagem do Jornal de Jundiá, as viaturas foram retiradas do local.

Desde o dia 1º de março, quando o vereador foi vítima de atentado em sua residên-

cia, no Jardim América IV, a Guarda Municipal foi destacada para acompanhar o caso. A reportagem apurou que os GMs fizeram escolta enquanto o vereador estava internado em hospital de Jundiá. Após sua liberação, a escolta permaneceu na residência e nos acompanhamentos para consultas médicas.

"A equipe ficava parada, dia e noite, em frente da casa do vereador. Entendemos a preocupação, mas toda a população precisa de atenção. Se equipes são alocadas para cuidar de uma única re-

sidência, toda uma região fica prejudicada. Ou seja, a população é penalizada", lamenta um morador do bairro, que prefere não se identificar.

De acordo com nota encaminhada pela assessoria de comunicação da cidade, "em razão da gravidade do fato ocorrido com o vereador Luiz Ferreira da Silva (Hulk), agente político eleito na cidade, e da grande ocorrência de incidentes na região em que o parlamentar reside - optou por intensificar a ronda da GCM (Guarda Civil Municipal) nos bairros em ques-



PORTA GMs fizeram escolta de vereador até terça-feira, quando reportagem questionou situação

tão (Jardins Américas). A viatura, com dois homens, já faz esse trabalho nessas áreas e, ao receber quaisquer chamados, desloca-se aos locais que demandam os atendimentos, sem que estes te-

nham qualquer prejuízo."

O vereador foi procurado pela reportagem em todos os números cedidos por sua assessoria, porém, não foi localizado para comentar a situação.

► SEM NÚMEROS

Relato de vítima na Tribuna Livre da Câmara, em Jundiá, levanta questão nos setores do serviço público

Sob sigilo, casos de assédio são apurados no município

LUCIANA MÜLLER
lmuller@jj.com.br

O pedido de ajuda de servidora da DAE Jundiá, na tribuna livre da Câmara de Jundiá, antecorrem, sobre caso de assédio, levantou a questão no setor público, exatamente na semana em que o assunto - porém, no âmbito sexual - toma conta dos noticiários. Segundo notas encaminhadas pelas assessorias de imprensa da DAE e da Prefeitura de Jundiá, em ocorrência do tipo os casos são tratados de forma sigilosa, por isso nem a quantidade de ações em análise podem ser divulgadas.

A servidora da DAE Jundiá, Elaine Miossi, foi até a Câmara de Jundiá para pedir a ajuda aos vereadores para entregar provas sobre o assédio que vem sofrendo dentro da empresa. Ela chegou a ser demitida em 2011, após ter denunciado a mesma violência.

Processou, ganhou a causa e no ano passado foi reintegrada à autarquia. "Porém, o assédio continua. Agora, a pessoa está me processando pela mesma acusação. Não me deram chances de entregar as provas. Fui à Câmara pedir que intercedam por mim, mas não tive retorno, até agora", contou a moça, por telefone, ontem à noite.

A situação de Elaine é diferente da que tomou conta das redes sociais na semana. No Rio de Janeiro, o ator José Mayer foi acusado de ter assediado sexualmente uma camareira da rede Globo. O caso ganhou repercussão nacional com a adesão de atrizes de renome em apoio à causa da colega.

No administrativo

O presidente do Sindicato dos Servidores Públicos de Jundiá (Sindserjun), Aparecido Luciani, afirma que até o momento não há denúncias de casos de assédio nessa ges-

tão. "Existem processos que estão tramitando, iniciados na gestão passada. Desde o início deste ano, não há novos casos. Agora, as conversas que chegam até o sindicato estão relacionadas às mudanças que estão ocorrendo na gestão", comenta.

Segundo nota encaminhada pela assessoria de comunicação da Prefeitura de Jundiá, a Unidade de Administração e Gestão de Pessoas informa que "em caso de reclamação por parte de um servidor relativa a assédio, é aberto um processo administrativo, que é posteriormente encaminhado para a Unidade de Negócios Jurídicos e Cidadania (UGNJC) para apuração, conforme disposto na Lei 530/2013 - Cap. XIII-A- das Penalidades por assédio moral. Esclarece, ainda, que o processo é sigiloso e, justamente por isso, não é possível fazer um levantamento sobre quantos processos desta natureza foram re-



LEI Aparecido Luciani, do Sindicato, afirma que casos só da administração passada

gistrados na Prefeitura ou se existe atualmente algum em andamento." Ainda em resposta à demanda, a UGNJC acrescenta "que não recebeu nenhuma documentação referente ao processo citado no questionamento."

Já a DAE, local onde o processo de assédio teria

ocorrido, a assessoria de comunicação informa que "A DAE Jundiá tem ciência sobre o assunto, que está sendo tratado por uma comissão interna. Para não haver interferências no andamento desse procedimento, a empresa não pode se manifestar sobre o tema até a conclusão dos trabalhos."

Deputado Jean Wyllys é punido por escrito

O deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ) afirmou na tarde desta quarta-feira (5) que não irá recorrer contra a decisão do Conselho de Ética que decidiu lhe aplicar uma advertência escrita pelo cuspe em Jair Bolsonaro (PSC-RJ), mas afirmou que um cuspe na cara de um fascista. Foram seis anos sendo difamado e, quando fui chamado de 'queima-rosca' naquela hora por ele, cheguei ao meu limite. Cuspiria de novo sim", afirmou Wyllys, em entrevista coletiva após a decisão do Conselho. A "noite pavorosa" a que o deputado do PSOL se refere é a votação pelo plenário da Câmara da autorização para o impeachment de Dilma Rousseff. Wyllys se desentendeu com Bolsonaro momentos depois de anunciar no microfone do

plenário sua posição contrária à recomendação da abertura do processo. Ao descer do púlpito, ele deu uma cusparada na direção de Bolsonaro. O deputado do PSOL, que é homossexual assumido, disse que vinha sendo ofendido de forma reiterada por comentários homofóbicos do colega do PSC. Bolsonaro nega. Durante a confusão, seu filho Eduardo Bolsonaro (PSC-SP) cuspiu de volta na direção de Wyllys. O Conselho de Ética da Câmara dos Deputados decidiu nessa quarta-feira (5) punir Wyllys com uma censura por escrito. "A decisão foi justa, só não foi absolutamente justa porque esperava o arquivamento. Outros deputados que verdadeiramente quebraram o decoro parlamentar foram absolvidos", disse Wyllys. A reportagem não conseguiu falar com Bolsonaro, que está em viagem ao Piauí. (FP)

STF proíbe greves para todas as carreiras policiais no País

Com 7 votos a 3, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) declararam nesta quarta-feira (5) inconstitucional o direito de greve de servidores públicos de órgãos de segurança e decidiram proibir qualquer forma de paralisação nas carreiras policiais. Embora tenha proibido as greves nas polícias, a Suprema Corte também decidiu, por maioria, que o poder público terá, a partir de agora, a obrigação de participar de mediações criadas por entidades que representam servidores das carreiras de segurança pública para negociar interesses da categoria. A decisão do STF terá a chamada repercussão geral, ou seja, deverá ser seguida por todas as instâncias da Justiça. "Algumas atividades do Estado não podem parar de forma alguma. E a atividade policial é uma delas" (José Bonifácio de Andrada, vice-procurador-geral da República)

A inconstitucionalidade das greves de policiais foi declarada no julgamento de um recurso apresentado pelo governo de Goiás contra uma decisão do Tribunal de Justiça do estado que havia considerado legal uma paralisação feita, em 2012, por policiais civis goianos. No processo, diversas entidades se manifestaram contra a possibilidade de greve por agentes de segurança, com base no artigo 142 da Constituição, que proíbe sindicalização e greve de integrantes das Forças Armadas. Desde 2009, diversas decisões de ministros do STF consideraram ilegais as greves de policiais militares, civis e federais, sob o argumento de que representam risco para a segurança pública e para a manutenção da ordem. A advogada-geral da União, Grace Mendonça, defendeu no julgamento desta quarta-feira o

recurso que pedia a inconstitucionalidade das greves de policiais civis. "A paralisação de policiais civis atinge na essência a própria razão de ser do Estado, que é assegurar efetivamente à população a segurança. E mais, segurança essa que a Constituição Federal preserva e insere como valor mais elevado", defendeu na tribuna do STF a chefe da Advocacia-Geral da União. Representante do Ministério Público na sessão, o vice-procurador-geral da República, José Bonifácio de Andrada, também se manifestou contra as paralisações de policiais civis. No julgamento desta quarta-feira, votaram para proibir as greves de policiais os ministros Alexandre de Moraes, Luis Roberto Barroso, Luiz Fux, Dias Toffoli, Ricardo Lewandowski, Gilmar Mendes e Cármen Lúcia. (FP)